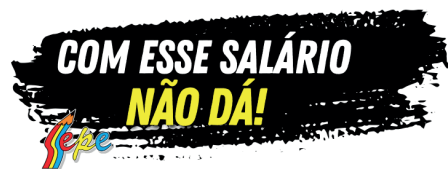


Em audiência com o governador, Sepe destacou a situação de funcionários recebendo abaixo do salário mínimo



No dia 5/5, dia da paralisação de 24 horas na rede estadual, na qual a categoria realizou assembleia geral e ato no Tribunal de Justiça, a direção do Sepe teve reunião com o governador em exercício, desembargador Ricardo Couto. A secretária de Educação, Luciana Calaça, também esteve presente. O encontro foi na sede do TJ e debateu a pauta

econômica. Há 10 anos o Sepe não era recebido por um governador.

Entre outros pontos da pauta, como o pagamento do restante da recomposição, foi discutida a questão a situação dos funcionários das escolas estaduais com vencimento base abaixo do mínimo. A direção do Sepe destacou ao governador que apenas a recomposição não seria suficiente para resolver a situação dos profissionais da educação que atualmente se encontram nesta situação, conforme a tabela abaixo. Couto so-

licitou que o Sepe enviasse todos os estudos feitos a respeito e que, em seguida, fará reunião com a Secretaria de Planejamento.

Sobre a Animação Cultural e ex-FAEP, O Sepe informou sobre a grave situação desses servidores e o governador se comprometeu a voltar a se reunir com o Sepe até a assembleia da rede estadual, no dia 27/05, às 10h, em local a ser anunciado - nesta data, a categoria vai parar por 24 horas, com ato no Palácio Guanabara, às 14h. ■

ESCOLARIDADE NÍVEL ELEMENTAR	VENCIMENTO-BASE ATUAL (Em R\$, sem o complemento)	SEM CALOTE NAS PARCELAS DA RECOMPOSIÇÃO	COM REPOSIÇÃO TOTAL DA INFLAÇÃO (IPCA - 2014-2026)	COM O SALÁRIO MÍNIMO NA CARREIRA (Nível inicial)	Quantas cestas básicas comprava em JULHO/2014	Quantas cestas básicas comprava em MARÇO/2026
40h						
REF I	936,21	1.044,38	1.490,67	1.890,73	2,37	1,08
II	866,87	967,03	1.380,26	1.750,68	2,19	1,00
III	802,65	895,39	1.278,01	1.621,00	2,03	0,92
ESCOLARIDADE 1º GRAU						
40h						
REF I	1.179,37	1.315,62	1.877,82	2.381,78	2,98	1,36
II	1.092,00	1.218,17	1.738,72	2.205,35	2,76	1,26
III	1.011,09	1.127,90	1.609,88	2.041,99	2,56	1,16
ESCOLARIDADE 2º GRAU						
40h						
REF I	1.485,64	1.657,28	2.365,48	3.000,36	3,76	1,71
II	1.375,59	1.534,51	2.190,24	2.778,11	3,48	1,58
III	1.273,72	1.420,87	2.028,04	2.572,32	3,22	1,47
ESCOLARIDADE NÍVEL SUPERIOR						
40h						
REF I	1.871,48	2.087,69	2.979,81	3.779,59	4,73	2,16
II	1.732,86	1.933,05	2.759,09	3.499,62	4,38	2,00
III	1.604,52	1.789,88	2.554,75	3.240,39	4,06	1,85

FONTES: GESPERJ. Caderno de Remunerações. Janeiro de 2026 (vencimentos básicos). SEEDUC (vencimentos-base) e valor da cesta básica do DIEESE Mar/2026 no RJ: R\$ 867,97. ELABORAÇÃO: DIEESE/SEPE



INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO FUNCIONÁRIOS(AS)

Finalizada em: 12/05/2026

www.seperj.org.br

instagram.com/sepe_rj

facebook.com/Seperj

youtube.com/SepeRJoficial

twitter.com/RjSepe

CNTE PROPÕE EMENDAS PARA MELHORAR O PROJETO DO PISO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS

PL 2531/2021 FOI APROVADO NA CÂMARA E ESTÁ NO SENADO, PARA VOTAÇÃO

O Projeto de Lei 2.531/2021, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais da Educação básica pública que exercem funções de apoio administrativo, técnico ou operacional, já está pronto para ir ao plenário do Senado para votação.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), à qual o Sepe é filiado, vem lutando para que algumas emendas ao projeto sejam aprovadas antes de ir ao plenário, para melhorar o texto, como a garantia de vincular o piso nacional à formação profissional,

com valores e regramentos próprios e com o compromisso expresso da União em honrar seu pagamento em todos os estados da federação, evitando futuros questionamentos judiciais (veja na página 4).

A Secretaria de Funcionários Administrativos do Sepe vem acompanhando a tramitação do Projeto de Lei desde a Câmara dos Deputados, tendo ido à Brasília por diversas vezes pressionar os parlamentares (páginas 2 e 3). ■



CINCO AJUSTES QUE PRECISARIAM SER FEITOS NO PROJETO

A CNTE e o Sepe defendem a aprovação do PL 2.531/2021 com os seguintes ajustes (emendas), antes de ir a voto no plenário do Senado:

- 1 Garantia de um piso mínimo equivalente, no mínimo, a 50% do piso do magistério a todos os trabalhadores em educação de áreas administrativas das redes públicas de ensino, desde que estejam em efetivo exercício.
- 2 Definição de valores diferenciados conforme a formação.
- 3 Atualização anual do piso.
- 4 Participação da União no financiamento, via Fundeb.
- 5 Obrigatoriedade de planos de carreira pelos entes federativos.

Leia a nota da CNTE no QR Code, com mais detalhes sobre as emendas propostas pela Confederação



TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE O PISO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS

A luta pela valorização dos funcionários da educação básica pública avançou mais um passo com o PL 2.531/2021. Sabemos que a educação não se faz apenas na sala de aula, mas em cada canto da escola. Por isso, um piso salarial nacional é uma reparação histórica e um direito constitucional que precisa sair do papel.

O Projeto de Lei que está no Senado busca corrigir uma lacuna básica: enquanto professores já têm piso nacional, os demais trabalhadores da educação ainda não possuem esse direito regulamentado.

Para que essa vitória seja real e segura, o Sepe e a CNTE estão acompanhando de perto cada detalhe da tramitação no Congresso Nacional. **Não queremos apenas uma lei; queremos uma lei forte, que garanta dinheiro no bolso sem dar brechas para que governadores e prefeitos fujam de suas responsabilidades na Justiça.**

Preparamos este tira-dúvidas para explicar como essa proposta funciona e quais são as melhorias que estamos defendendo para proteger todos os nossos profissionais.

médio ou fundamental comum, o sindicato propõe um pagamento proporcional.

Quanto eu vou receber se o projeto for aprovado com as emendas da categoria?

A proposta busca igualar o piso dos técnicos ao do magistério (R\$ 4.867,77 em 2025 para jornada de 40h). Assim, quem tem nível médio receberia 75% desse valor (R\$ 3.650,82) e quem tem nível fundamental receberia 50% (R\$ 2.433,88).

Por que o sindicato insiste em falar em “profissionalização” e formação técnica?

Porque a lei entende que “profissional da educação” é quem tem formação específica. Vincular o piso a esse critério garante que a lei tenha base jurídica sólida e desencoraja as prefeituras a trocarem funcionários concursados por ter-

ceirizados sem qualificação.

De onde virá o dinheiro para pagar o piso?

O dinheiro virá de recursos já carimbados para a educação, como o FUNDEB. Onde o município ou estado não tiver dinheiro suficiente, a União (Governo Federal) terá a obrigação de completar o valor.

O valor será reajustado todo ano?

Sim. A ideia é que o piso dos funcionários suba todo mês de janeiro, seguindo o mesmo índice de correção já usado para os professores.

O projeto já é lei ou ainda pode mudar?

Ainda em debate no Congresso. O sindicato está trabalhando para ajustar o texto e evitar “vícios” (erros jurídicos) que permitam que governadores e prefeitos entrem na Justiça para não pagar o piso depois.

2,2 milhões

é o total de funcionários que atuam nas escolas públicas no Brasil, segundo a CNTE, e que seriam beneficiados pela aprovação do piso nacional

Por um PL 2531 que respeite quem educa o Brasil!

Por um PL 2531 forte e viável!

Um texto mal formulado abre brechas para contestação e pode impedir a aplicação do piso.

SENADOR(A), MELHORE O PL 2531/2021 #MelhoraPL2531

CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação CUT FENPE

Por um PL 2531 que saia do papel!

Seu voto define se haverá valorização real ou mais uma promessa não cumprida.

SENADOR(A), MELHORE O PL 2531/2021 #MelhoraPL2531

CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação CUT FENPE

Nossa mobilização é o que garante o direito



Como vimos, a instituição do piso é urgente, mas precisa de profissionalidade e segurança jurídica para não virar uma promessa vazia ou um incentivo à terceirização precária. O Sepe segue firme na cobrança para que a União garanta o financiamento e para que nenhum funcionário seja esquecido nesse processo.

Este é um momento de unidade. Informação correta é ferramenta de luta: entender os critérios de valorização e a importância da formação técnica nos fortalece para cobrar o que é justo. Fique atento às convocações do sindicato. A nossa valorização é o que move a educação pública!

REDE MUNICIPAL RJ

Rede municipal do Rio de Janeiro faz assembleia híbrida

Os profissionais de educação da rede pública municipal do Rio de Janeiro farão assembleia geral híbrida no dia 16 de maio (sábado), às 10h, com a parte presencial realizada no auditório do Sepe (Rua Evaristo da Veiga 55 – 7º andar). De acordo com o Dieese, o reajuste necessário em 1º de janeiro de 2026 para recompor as perdas salariais da rede municipal de 2019 para cá teria que ser de 24,07% pelo IPCA ou 23,88% pelo INPC. Isso, sem falar no vale alimentação, congelado em R\$ 12 desde o dia em que foi criado, há 14 anos.



Ato nas escadarias da Câmara Municipal, em 05 de maio

Andamento das ações do Sepe na Justiça

O Departamento Jurídico do Sepe produziu um boletim especial, com um resumo da situação das principais ações do sindicato que tramitam na Justiça em defesa dos profissionais da rede municipal do Rio de Janeiro. Leia o boletim no site do Sepe.

AGENDA

■ **16/5 - REDE MUNICIPAL RJ - ASSEMBLEIA HÍBRIDA**, 10h, com parte presencial no SEPE-RJ.

■ **27/5 - REDE ESTADUAL - PARALISAÇÃO DE 24 HORAS**, com **ASSEMBLEIA** às 10h e **ATO PÚBLICO** no Palácio Guanabara às 14h.



TIRA-DÚVIDAS Saiba Tudo sobre o Piso dos Funcionários

Qual é o objetivo principal do novo Projeto de Lei (PL 2.531/2021)?

O projeto quer garantir que nenhum funcionário da educação básica pública (administrativos, técnicos e operacionais) receba menos que um valor mínimo nacional.

O valor do piso será o mesmo para todos?

Não exatamente. A proposta defendida para evitar problemas na Justiça é que o valor integral seja para quem tem formação técnica na área. Para quem possui nível